



**Justiça Federal de 1º Grau
Subseção Judiciária de Itumbiara**

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIO 2023 - JUSTIÇA FEDERAL ITUMBIARA

Prezado(a) Candidato(a),

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as questões objetivas com 20 (vinte) itens, ordenados de 1 a 20, com alternativas de A a E; sendo que apenas uma alternativa é correta.
2. Durante a prova não poderá ser utilizado nenhum material de consulta. Não se comunique com outras pessoas, não use chapéu, óculos escuros, relógio e nem se levante sem autorização do Fiscal de Sala.
3. A identificação do(a) candidato(a) é obrigatória.
4. Deverá ser assinalada, obrigatoriamente, uma alternativa em cada questão objetiva.
5. O tempo máximo de duração da prova é de 2 (duas) horas, incluindo o preenchimento do cartão resposta e da questão dissertativa.
6. Qualquer irregularidade (caderno incompleto, repetição de página ou de questões), solicite substituição do caderno resposta ou da folha de prova.
7. Não é permitida nenhum tipo de consulta.
8. O gabarito da prova objetiva será divulgado no site <https://portal.trf1.jus.br/sjgo/concursos/estagios/estagios.htm> - Justiça Federal de Goiás.

BOA PROVA!!!!



**Justiça Federal de 1º Grau
Subseção Judiciária de Itumbiara**

**VI PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA ESTÁGIO NA ÁREA DE DIREITO -
JUSTIÇA FEDERAL EM GOIÁS/SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ITUMBIARA**

CADERNO DE PROVAS - Prova de Conhecimentos - Direito – 13/05/2023.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1) Qual é o ato administrativo que possui o atributo da imperatividade?

- A) Ato administrativo enunciativo.
- B) Ato administrativo negocial.
- C) Ato administrativo normativo.
- D) Ato administrativo operativo.
- E) Ato administrativo utilitário.

2) É correto afirmar que, dentre os atributos do ato administrativo, encontra-se a:

- A) exclusividade.
- B) aderência relativa.
- C) imperatividade.
- D) objetividade.
- E) prudência.

3) São pertencentes à Administração Direta:

- A) Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde Municipais
- B) Autarquias Fundacionais dos municípios
- C) Banco do Brasil
- D) Fundação de Assistência Municipal
- E) Empresa Pública Estadual



Justiça Federal de 1º Grau Subseção Judiciária de Itumbiara

4) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende:

- A) Somente União, Estados e Municípios;
- B) Exclusivamente 26 (vinte de seis) Estados;
- C) Somente Estados, Distrito Federal e Municípios;
- D) União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- E) 27 (vinte e sete) Estados.

5) No que tange à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- A) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- B) As pessoas jurídicas de direito público e todas as pessoas de direito privado responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- C) O direito de regresso contra o responsável apenas pode ser exercido nos casos de dolo.
- D) O servidor público responsável pelo dano responde por ele de forma objetiva e tem direito de regresso contra o Estado.
- E) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

6) Levando em consideração a aplicação da lei penal no tempo, o Código Penal é categórico ao afirmar que:

- A) A punição por determinado fato deve prevalecer mesmo se, posteriormente, o fato deixar de ser considerado crime, posto que a aplicação da Lei Penal leva em conta a normativa vigente à época do ato.
- B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- C) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, desde que não reduza a pena cominada, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- D) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, salvo com relação a crimes hediondos.
- E) A Lei Penal não retroage em nenhuma hipótese, independentemente de ser benéfica ou não ao agente.



Justiça Federal de 1º Grau Subseção Judiciária de Itumbiara

7) O Código Penal Brasileiro estabelece as regras de aplicação da Lei Penal, bem como define crimes e contravenções, seus conceitos e suas penas. Em sua Parte Geral, Título I, o Código Penal estabelece as regras de aplicação da Lei Penal. De acordo com esse título é correto afirmar:

- A) Há crime sem lei anterior que o defina.
- B) Lei posterior que beneficie o agente não pode ser aplicada a fatos anteriores, quando o agente tiver sido condenado por decisão transitada em julgado.
- C) Qualquer pessoa pode ser punida por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- D) Considera-se praticado o crime no momento da ação, ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

8) De acordo com o Código de Processo Penal, em relação ao Inquérito Policial, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, mesmo que não seja para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- B) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não deverão acompanhar os autos do inquérito.
- C) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- D) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- E) O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, mesmo que não sirva de base a uma ou outra.

DIREITO CONSTITUCIONAL

9) De acordo com a Constituição Federal vigente, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os:

- A) Analfabetos.
- B) Estrangeiros.
- C) Maiores de dezoito anos.
- D) Maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- E) Maiores de setenta anos.



Justiça Federal de 1º Grau
Subseção Judiciária de Itumbiara

10) Dadas as afirmativas acerca dos direitos individuais e coletivos dispostos na Constituição Federal,

- I. É livre a manifestação do pensamento, podendo ser resguardado o anonimato.
- II. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, exceto quando dependa de licença governamental.
- III. Garante-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

11) Carla, adolescente possuidora de limitação visual, teve a sua matrícula no ensino médio da rede pública recusada, sob o argumento de que sua necessidade especial de ser assistida e acompanhada não poderia ser atendida em razão da ausência de professor de apoio qualificado em sala de aula. Diante da situação hipotética acima mencionada, o remédio constitucional que Aline poderá usar para conseguir valer o seu direito à educação é

- A) a ação civil pública.
- B) o mandado de injunção.
- C) o habeas corpus.
- D) o mandado de segurança.
- E) o habeas data.

12) A Constituição Federal de 1988 (CF), apelidada de “Constituição Cidadã”, se destaca por apresentar, entre outras matérias, a concepção jurídica sobre a cidadania do brasileiro, tanto no que diz respeito aos direitos e deveres, como à proteção social deste cidadão. Em seu capítulo II, Art. 194, a CF dispõe sobre a Seguridade Social.

De acordo com o citado dispositivo constitucional, a seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos ao(à)...

- A) trabalho, à saúde, à previdência e à assistência social.
- B) saúde, à previdência e à assistência social.



**Justiça Federal de 1º Grau
Subseção Judiciária de Itumbiara**

- C) trabalho, à previdência e à assistência social.
- D) trabalho, à saúde, e à previdência social.
- E) previdência e à assistência social.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

13) Diogo Papelaria – ME, situada na Avenida da Saudade, no 100, propôs ação de demarcação em face de uma sociedade de economia mista, situada na Avenida da Saudade, no 120, da qual a União é a principal acionista. A ação proposta tinha por objeto propor a fixação de novos limites, uma vez que o autor entende que a sociedade de economia mista está invadindo o seu terreno. A ação tem por valor da causa cinquenta salários-mínimos e, por tal razão, foi proposta perante Juizado Especial Cível Federal. Considerando a situação hipotética, a referida ação

- A) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que microempresas não podem ser autoras nos Juizados Especiais Federais.
- B) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que a matéria objeto da ação está expressamente excluída da competência dos Juizados Especiais Federais.
- C) poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que sociedades de economia mista podem ser réis nos Juizados Especiais Federais.
- D) poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal. No entanto, a competência para julgar seria do Juizado Especial Estadual, uma vez que, por tratar-se de ação demarcatória, a análise não cabe à União, mas sim ao Município ou ao Distrito Federal.
- E) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que o valor da causa ultrapassa a alçada de quarenta salários-mínimos.

14) Com relação aos atos processuais no Direito Processual Civil brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A) Os atos processuais são públicos, com exceção dos que versem, entre outros, acerca de casamento, separação de corpos, divórcio, união estável, filiação, alimentos e guarda, que tramitam em segredo de justiça.
- B) De comum acordo, as partes podem fixar calendário para a prática de atos processuais, independentemente de aquiescência do juiz, uma vez que o referido calendário não será vinculado ao magistrado.
- C) Os atos e os termos processuais dependem, em qualquer hipótese, de forma determinada. Aqueles realizados de outro modo, que preencham sua finalidade essencial deverão ser saneados para adequação à forma apropriada.
- D) Em todos os atos e termos do processo, é obrigatório o uso da língua portuguesa, salvo nos casos de documento redigido em língua estrangeira juntado aos autos.
- E) O direito de consultar os autos de processo em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes, aos seus procuradores e a terceiros interessados, desde que comprovem fundamentadamente a necessidade jurídica e (ou) científica de acesso aos dados processuais.



Justiça Federal de 1º Grau Subseção Judiciária de Itumbiara

15) Ricardo, oficial de justiça, recebeu determinação para, no âmbito de um processo civil, realizar a citação de Astolfo. Por duas vezes Ricardo foi até o endereço de Astolfo com a finalidade de citá-lo, mas verificou que ele estava se ocultando a fim de postergar o ato processual. Pelo caso exposto, caso Ricardo não consiga citar pessoalmente Astolfo,

- A) este deverá ser citado por edital.
- B) deverá promover sua citação por hora certa.
- C) o juiz deverá considerar, desde já, sua revelia.
- D) o processo deverá ser imediatamente suspenso.
- E) o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito.

16) Em um determinado processo de execução, o exequente protocolou um requerimento em que solicita a inclusão do nome do devedor no cadastro do SPC. O juiz responsável pelo processo indeferiu o requerimento, justificando que o exequente deveria demonstrar a negativa prévia por parte do mantenedor do cadastro, como condição de análise do pedido. Diante da situação, é correto afirmar que o juiz agiu:

- A) Corretamente, pois tal providência deveria ser tomada diretamente pelo credor.
- B) Incorretamente, pois deveria ter aberto prazo para a parte complementar o requerimento, antes de indeferi-lo.
- C) Corretamente, pois o requerimento de inclusão do nome do executado no SPC depende de comprovação de recusa por parte da entidade.
- D) Incorretamente, pois o requerimento de inclusão do nome do executado no SPC não depende de comprovação de prévia recusa da entidade.
- E) Incorretamente, pois só poderia indeferir o requerimento se ficasse comprovado que o exequente tem condições para promover a inscrição por recursos próprios.

17) Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito (artigos 244 e 245 do Código de Processo Civil) _____.

- A) de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou a fim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 3 (três) dias seguintes
- B) de quem estiver participando de ato de manifestação político-partidária
- C) de noivos, nos 7 (sete) primeiros dias seguintes ao casamento
- D) quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la
- E) de doente, qualquer que seja o seu estado de saúde



**Justiça Federal de 1º Grau
Subseção Judiciária de Itumbiara**

LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS

18) Segundo a Lei 6.830/80, a qual dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, o executado será citado para pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, no prazo de:

- A) 48 (quarenta e oito) horas.
- B) 10 (dez) dias.
- C) 05 (cinco) dias.
- D) 15 (quinze) dias.
- E) 30 (trinta) dias.

19) A Lei nº 6.830/80 estabelece que:

- A) O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter o nome do devedor, dos corresponsáveis e, obrigatoriamente, o domicílio ou residência de um e de outros.
- B) Qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei aos entes federativos e suas respectivas autarquias, será considerado Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- C) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o da falência e do inventário.
- D) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora, excluindo-se encargos previstos em contrato.
- E) O Executado será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar contestação ao feito.

20) No que concerne ao disposto na Lei nº 6.830/1980, é correto afirmar que:

- A) o meio de defesa contra o mérito da ação execução fiscal é a contestação.
- B) o meio de defesa contra o mérito da ação execução fiscal são os embargos, a serem apresentados no prazo de quinze dias a contar da intimação pessoal da penhora formalizada.
- C) a exceção de pré-executividade é aceita para discutir o mérito da ação de execução fiscal, mesmo que haja necessidade de dilação probatória.
- D) o meio de defesa contra o mérito da ação execução fiscal são os embargos, a serem apresentados no prazo de trinta dias a contar da intimação pessoal da penhora formalizada.
- E) o meio de defesa contra o mérito da ação execução fiscal são os embargos, a serem apresentados no prazo de cinco dias a contar da intimação pessoal da penhora formalizada.



**Justiça Federal de 1º Grau
Subseção Judiciária de Itumbiara**

QUESTÃO DISCURSIVA (ATÉ O LIMITE DE 15 LINHAS)

TEXTO 1

(Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/constituicao-30-anos/textos/constituicao-federal-reconhece-saude-como-direito-fundamental>)

Saúde é um direito universal garantido pela Constituição Federal de 1988. Isso quer dizer que todos têm direito a tratamentos adequados, fornecidos pelo poder público. Na prática, ao criar esse direito, a Carta Magna criou também um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, que faz desde procedimentos simples, como medir a pressão arterial, aos mais complexos, como transplante de órgãos.

A Constituição é bem clara e diz que “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. Antes dela, o sistema público atendia a um público limitado: prestava atendimento somente aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, cerca de 30 milhões de brasileiros. O restante da população tinha de apelar ao setor privado ou entidades filantrópicas. Em 1988, com a Constituição, nasce o Sistema Único de Saúde (SUS).

TEXTO 2

(Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colaboradores/sistema-de-saude-no-brasil-e-para-poucos-1.3317524>)

O Brasil possui o sistema de saúde mais desejado no mundo e não podemos deixar de elogiar que somos especializados no tratamento para HIV e referência em transplantes de órgãos. No entanto, um sistema de saúde que atende mais de 190 milhões de pessoas por ano, merece um olhar mais atento da gestão que o administra.

Segundo a Constituição Federal, a saúde é um direito de todos e dever do estado estabelecer diretrizes que proporcionem uma saúde pública acessível à população. Aqui temos uma problemática, muito debatida e ainda sem solução. O que deveria ser direito de todos, é realidade para poucos. Qual a garantia de que uma cidadã no sertão nordestino terá acesso fácil a um mamógrafo, sem necessitar se deslocar para a capital da cidade?

Mesmo se deslocando, o exame corre o risco de não acontecer, uma vez que, ao chegar na unidade de saúde, ainda terá que enfrentar longas filas de espera que podem durar dias, semanas ou anos. Como clínico geral e médico voluntário do Cruz da Vida, sou testemunha desses casos durante as ações. Consulto famílias que não conseguem atendimento na localidade, pois não há médicos, equipamentos e muito menos vagas.

Para que o atendimento seja bem sucedido, parte da população recorre aos planos de saúde. Porém, quanto aqueles em situação de vulnerabilidade, que mal recebem um salário mínimo para pagar as despesas fixas, como irão arcar com um médico particular?



Justiça Federal de 1º Grau Subseção Judiciária de Itumbiara

Nosso país tem potencial suficiente para suprir as necessidades do SUS e torná-lo referência mundial. Contudo, nos falta uma gestão que realmente se importe em investir nesse sistema, de modo que todos sejam beneficiados. Uma das soluções seria focar os custos em prevenção, mas falhamos quando usamos os recursos apenas para tratamentos, o que aumenta exponencialmente os gastos.

O SUS não precisa ser reformulado, pois seu modelo é plausível. Agora, uma administração que se preocupa em retirar os gargalos que impedem o avanço desse sistema e que promova com êxito assistência aos cidadãos, principalmente aos em situação de vulnerabilidade, seria o pontapé para a transformação do cenário da saúde pública no país.

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, discorra sobre o tema “Direito à saúde em questão no Brasil”, elencando os desafios que ainda precisam ser enfrentados e apresentando argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.
